



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2012
(Do Sr. ONYX LORENZONI)

Solicita a convocação do Advogado-Geral da União, Sr. Luis Inácio Lucena Adams, para prestar esclarecimentos sobre os fatos relacionados à operação Porto Seguro.

Senhor Presidente,

Nos termos do artigo 58, § 2º, III, da Constituição Federal, e do art. 219, I, e § 1º, do RICD, requeremos a Vossa Excelência que, ouvido o plenário desta Comissão, seja convocado o Sr. Luis Inácio Lucena Adams, Advogado-Geral da União, em audiência pública a realizar-se em data a ser agendada, para prestar esclarecimentos sobre os fatos relacionados à operação Porto Seguro, que investiga, entre outros, a existência de um esquema de corrupção no Gabinete da Presidência da República em São Paulo.

Justificativa

A sociedade brasileira acompanha, estarrecida, o noticiário dando conta de mais um esquema de corrupção dentro do Governo brasileiro. A Operação Porto Seguro investiga a existência de um esquema de corrupção para favorecer grupos empresariais em diversas áreas.

A operação Porto Seguro foi deflagrada na sexta-feira, 23/11/2012, e investiga o envolvimento de servidores do Executivo, de agências reguladoras e do Tribunal de Contas da União num esquema que obtinha pareceres técnicos fraudulentos que eram vendidos para empresas interessadas. A referida operação já resultou no indiciamento de 18 suspeitos de participar do esquema e a Polícia Federal cumpriu mandados de busca e apreensão em órgãos do governo federal e inclusive no escritório da Presidência da República em São Paulo e deteve três pessoas.

Segundo notícia da Folha de São Paulo de 27/11/2012¹ *“O escritório regional da Presidência em São Paulo era ponto para políticos e empresários encaminharem pedidos de toda ordem. Muitos passavam pelas mãos de Rosemary². Um assessor presidencial garante que ela, no governo Dilma, não tinha poder suficiente para garantir o atendimento dos pleitos, pelo menos daqueles vitais, que necessitavam de aval de ministros ou da própria presidente”.*

O assessor destaca ainda que Rosemary Noronha tinha condições de dar encaminhamento aos pedidos. Só isso, diz, pode gerar ruídos e necessidade de explicações, causando prejuízos ao governo federal até que tudo seja esclarecido. Sem falar na possibilidade de alguns pleitos adicionais terem sido atendidos, além dos que a PF já levantou e foram suficientes para o indiciamento da servidora que foi indicada para o cargo por Lula.

Tratam-se de graves suspeitas de favorecimento em setores que movimentam segmentos significativos (da economia), por isso é fundamental analisar todos os fatos, documentos e desdobramentos da operação Porto Seguro.

A Advocacia-Geral da União divulgou nota, nesta segunda-feira, 26/11/2012, para informar que *“decidiu suspender imediatamente os efeitos do*

¹<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/valdocruz/1191770-operacao-porto-seguro-central-de-pedidos-fechada.shtml>

² Rosemary Novoa de Noronha, servidora, Chefe de Gabinete do Escritório Regional da Presidência da República em São Paulo.

parecer citado como suspeito nas investigações da 'Operação Porto Seguro da Polícia Federal'". Além dessa medida, a Corregedoria-Geral da AGU anunciou "correição nas atividades consultivas relacionadas à Agência Nacional de Águas (ANA), Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq)". Serão analisados, principalmente, "aqueles documentos cujos temas estejam relacionados às áreas de atuação dos servidores presos ou intimados pela Justiça".

Portanto, é evidente que os desdobramentos já revelados em razão da citada investigação justificam a atuação institucional do Congresso Nacional, sendo esta Comissão um dos foros adequados para que o Advogado-Geral da União esclareça os inúmeros fatos levantados pela presente investigação. Tudo isso, logicamente, em nome da segurança jurídica e do bem-estar da sociedade brasileira.

Sala da Comissão, em de novembro de 2012.

Deputado ONYX LORENZONI
DEM/RS